

História da resistência à ditadura em Erechim, Gaurama e Viadutos entre 1964 e 1965.

Carolina Detoffol / UPF¹

Resumo: O contexto desse trabalho se insere nos dois primeiros anos do golpe militar brasileiro de 1º de abril de 1964. Delimitado à Região do Alto Uruguai, ao Norte do Rio Grande do Sul, enfocando-se os municípios de Erechim, Gaurama e Viadutos. Trata-se de um resgate de memórias, de um estudo baseado em fontes bibliográficas já consagradas, das análises de documentos encontrados no Acervo da Luta Contra a Ditadura em Porto Alegre, e das pesquisas em jornais da época como “*A Voz da Serra*” e o “*Diário da Manhã*”. O foco são as diferentes formas de resistência perpetradas por pessoas que consideramos “heróis anônimos” e que se permitiram registrar suas tristes histórias. As confirmações resultadas do estudo dessa pesquisa nos permitem afirmar de que mesmo nos pequenos municípios do interior houve repressão aos que ousaram declarar-se contra as posições defendidas pelos militares e a direita civil.

Palavras-chave: Ditadura, Repressão-Resistência, Norte-RS

Com o objetivo de detectar o afloramento da resistência à ditadura em Erechim, Gaurama e Viadutos, entre 1964 e 1965, logo que iniciamos a investigação para a pesquisa do Trabalho de Conclusão do Curso de História, percebemos a enormidade de fontes disponíveis, muito maior do que supúnhamos. Nos arquivos do DOPS do Rio Grande do Sul, que estão disponíveis para consulta no Memorial do Rio Grande do Sul, numa pequena sala que abriga o Acervo da Luta Contra a Ditadura, depositamos nossa primeira investida. Foi possível localizar inúmeros documentos e inquéritos policiais militares (os famosos IPMs) referentes às pessoas que compunham o quadro dos resistentes na região.

O passo seguinte se deu no Arquivo Histórico Municipal de Erechim Juarez Miguel Illa Font, através da averiguação do Jornal “*A Voz da Serra*”.

Então, além dos documentos obtidos, as entrevistas feitas em Erechim, Gaurama e Viadutos com pessoas que vivenciaram esses momentos, foram valiosíssimas para a reconstituição da história no aspecto da resistência.

A extensão dessa investigação demarca-se sobre a região do Alto Uruguai e privilegia os municípios de Erechim, Gaurama e Viadutos.

Os critérios para escolha dos municípios em questão se devem ao fato de que acreditamos que esses municípios tinham uma posição geográfica estratégica dentro da região do Alto Uruguai, em função da rota ferroviária São Paulo - Rio Grande. A posição de fronteira com Santa Catarina, em muitos movimentos históricos foi elemento que fez

¹ Pós-graduanda em História da América Latina pela Universidade Regional Integrada – Campus Erechim e Mestranda do Programa de Pós-graduação de História da Universidade de Passo Fundo.

2

convergir atenções políticas.

Outro fato que justifica a preferência pelos referidos municípios é a lacuna deixada pelas obras até então, no que se refere à tentativa de visualizar os acontecimentos políticos apenas nos grandes centros urbanos brasileiros.

O primeiro capítulo baseia-se na contextualização mundial do Golpe e na análise de cada governo autoritário separadamente. Uma breve contextualização.

Após a II Guerra Mundial, o mundo estava dividido entre duas forças: o comunismo (o mal), representado pela União Soviética, contra o capitalismo (o bem), representado pelos Estados Unidos.

Então, os EUA lançam um plano para “salvar” a América Latina do domínio soviético, pós-Revolução Cubana. A “Aliança para o Progresso” foi uma onda de instalação de regimes totalitários que garantiria os investimentos capitalistas no continente sem o “perigo” da conspiração comunista mundial.

Envolvidos com a política de estabilização e independência econômica que atravessava o Terceiro Mundo, no Brasil tal situação se reflete durante a presidência de Jânio Quadros (herdeiro do grande líder populista Getúlio Vargas), que se deslocava para a esquerda e oferecia democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana e ao FMI. E o pior: mais tarde condecora com a Ordem do Cruzeiro do Sul ninguém menos que Che Guevara, quando este veio ao Brasil.

Ou seja, aquela coalizão de conspiradores militares e civis que se unia para pôr fim ao governo de João Goulart em março/abril de 1964, era destinada a conter o avanço das forças sociais que ameaçavam a reprodução do sistema econômico vigente e a promover condições para uma nova e prolongada expansão econômica capitalista.

Dessa forma, os objetivos da expansão ampliada do capitalismo foram possíveis através de uma estratégia: o Golpe Militar e a implementação do autoritarismo, iluminados pela ideologia da Segurança Nacional que “justificava” as práticas repressivas e a violação dos direitos humanos.

O segundo capítulo atém-se à contextualização do Golpe no RS. Citam-se as duas formas principais da materialização da ação do estado autoritário, que são a censura e a tortura.

Já para o RS, o Golpe trouxe uma centralização de poder econômico e político e um enfraquecimento dos governos estaduais. É necessário também que se leve em consideração

3

na história do Rio Grande do Sul sua importância extremada no sentido que se refere ao exercício militar, sua posição estratégica dentro do Brasil (fazendo divisa com o Estado de Santa Catarina, com o Uruguai e a Argentina) e sua reputação em demandar homens para lutar em guerras, como a do Paraguai.

Durante a primeira fase do regime a censura foi justificada em nome dos valores familiares e da Doutrina de Segurança Nacional, e foi usada como um mecanismo de defesa em função da “ameaça comunista”.

Na verdade, é difícil explicar a censura em um Estado fascista e autoritário, onde grupos e instituições que deveriam ter instrumentos próprios passam a ter os meios de comunicação privados e de massa fazendo parte do mesmo aparelho ideológico.

É sabido que a tortura passou a ser “matéria” e tomar parte nos currículos de formação militar, e que seu estudo não era apenas teórico, mas prático. Ela se tornou prática comum e oficial e disseminou em toda sociedade brasileira o medo, o conformismo, a omissão e a cumplicidade pelo temor das autoridades, reações conseqüentes e lógicas em um regime de exceção. Mas essa mesma tortura proporcionou o surgimento da resistência.

Entrando no terceiro capítulo faço uma apresentação da principal figura repressora da Região: o Cel. Gonçalino Cúrio de Carvalho. Também entro no objetivo deste estudo analisando a resistência no Alto Uruguai.

Comandante do Destacamento Volante da Brigada Militar, o coronel foi destinado para desempenhar “uma posição de confiança do Sr. Governador do Estado”, que determinou que assim viesse para trazer “segurança, garantindo tranquilidade a esta região”².

Em entrevista ao jornal “*A voz da Serra*”, ele se apresenta como um defensor da democracia, explicando à população que sua posição perante seus adversários políticos partidários é funcional.

O Cel. Gonçalino ainda elucidava o fato de que a Lei de Segurança Nacional não foi feita pelo Governo Militar, que esta era uma Lei existente desde 1950, “assinada” e “proposta pelo Sr. Getúlio Vargas”. E, dessa forma, disse ele, “nós aqui estamos prestando serviço e com muito sacrifício” estamos investigando “diante da transição que se processou no país [...] o perigo do comunismo [...] para conhecermos a profundidade destes movimentos [...] e para

² CARRARO, Geder. Aqui estamos para dar segurança e tranquilidade. *A Voz da Serra*, p. 01-02, Erechim, 19 de maio de 1964.

4
sabermos até que ponto se poderia concretizar esta ameaça que pairava sobre a Nação”³. Então, quando lá esteve, o Cel. Gonçalino provocou medo e desconfiança diante da população, que passou a comentar sobre os boatos de uma suposta “lista” de suspeitos e subversivos, sobre uma onda de detenção em massa e sobre um recolhimento de armas, também em massa, inclusive das legalizadas. O jornal afirma que Gonçalino negou em absoluto tais acusações.

O poder do Cel. Gonçalino foi tão excessivo que o PTB, em notícia divulgada no Jornal “A Voz da Serra”, pedia a abertura de uma CPI para apurar os abusos cometidos pelo Comandante do Destacamento Volante da Brigada Militar. “Foi encaminhado ao Governo do Estado pedido de informações sobre o assunto [...] para conhecer a organização e as atividades dos – Volante - na Brigada Militar do Estado”. Também para “apurar fatos irregulares e práticas de chamados Destacamentos violências atribuídas ao Cel. Gonçalino Cúrio de Carvalho no comando de um desses destacamentos”⁴.

Em resposta, o governo informou que a função dos “destacamentos volantes” era para colaborar na continuidade “da ordem pública e nas medidas de segurança interna do Estado”. Ainda foi assegurado que eles exerciam uma função de “catequese cívica junto à população rural”⁵.

Denunciava-se que, particularmente na região de Erechim, essa situação chegou a extremos, com a “prisão de centenas de pessoas” que ficavam em condições insalubres e sem qualquer “indicação de culpa”. Acusava-se ainda o Cel. Gonçalino de, entre outras “violências inqualificáveis”, ter carregado “modestos agricultores” e “responsáveis pais de famílias [...] em caminhões de carga” como se fossem “animais ou malfeitores contumazes exibidos pelas ruas de vilas e cidades num espetáculo deprimente e desumano que a ninguém honra e a todos envergonha”⁶.

A “lista” que Gonçalino afirmou não existir “apareceu” em 1965, e foi notícia novamente no Jornal *A Voz da Serra*⁷.

Segundo o periódico, já em fevereiro de 1965, uma reunião havia sido realizada em residência de “procer político” motivando o desenvolvimento da lista (retratada no jornal

³ IDEM.

⁴ Coronel Gonçalino: PTB pediu abertura de CPI. *A Voz da Serra*, p. 05, Erechim, 25 de julho de 1964.

⁵ IDEM.

⁶ IDEM.

⁷ CARRARO, Geder. O Listão. *A Voz da Serra*, p. 04, Erechim, 14 de fevereiro de 1965.

5

como “famosa e cômica”) com mais de 200 nomes, e que se encontrava no Fórum da Comarca de Erechim.

Já na segunda reportagem sobre o “Listão”, de março de 1965, anunciaram que possivelmente já haviam retirado o mesmo do Fórum da comarca e enviado ao III Exército.

Contrapondo ainda as afirmativas feitas pelo Cel. Gonçalino, tivemos a oportunidade neste estudo, através das entrevistas realizadas, de ouvir o depoimento de algumas pessoas que presenciaram fatos e acontecimentos envolvendo e desmentindo as afirmações feitas por ele desde que foi conduzido para a região.

Alvadi Munaro e Albino Cadore, residentes em Viadutos e à época vereadores, em entrevista declararam que os dois foram vítimas de perseguição política da parte do então presidente da Câmara, Caetano Alegretti, foram trazidos a Erechim e presos, ficando detidos em um porão.

Albino Cadore, após perguntarmos se foi agredido fisicamente, ele pensou, e ponderou: “deram... tenho a marca até hoje!” E nos mostrou a marca que é bem visível. “Deram uns pontapés”, continuou. Pelo Cel. Gonçalino? – perguntamos. “Não! Mas foi ele que mandou. Ele não botava a mão em nós, não fazia nada”⁸.

Alvadi Munaro também afirma ter sido agredido pelo próprio Cel. Gonçalino.

Passado o episódio da prisão, os dois vereadores, ao retornarem a sua cidade, Viadutos, perceberam que a polícia local, juntamente com praças do Cel. Gonçalino, a seu mando, organizaram uma lista das pessoas que possuíam porte legal de armas, e, a partir dessa lista entravam nas casas e ordenavam a entrega das mesmas, negando em absoluto as afirmativas feitas pelo Gonçalino na entrevista. Essa lista segue inclusive em anexo ao final do trabalho.

Alvadi Munaro ainda enviou diversos ofícios a autoridades locais e nacionais reclamando a devolução das armas, as quais não obtiveram resposta alguma. Também responsabiliza Gonçalino e seus praças pela morte de seu pai, por um tremendo desgosto de ver seu filho ser preso, seu comércio fechado e sua moral posta em questão.

Dessa forma, podemos concluir que a repressão nos anos de 1964 a 1965 foi comandada, imposta, atribuída, conferida e de responsabilidade integral, irrestrita e incondicional do Cel. Gonçalino Cúrio de Carvalho. É inegável sua culpa perante as injustiças

⁸ CADORE, 25/10/06.

6
e arbitrariedades cometidas nos municípios de Erechim, Gaurama e Viadutos. Fica comprovado dessa forma que o depoimento atribuído ao Cel. Gonçalves no periódico “A Voz da Serra”, e que foi analisado anteriormente, é falso, inventivo e calunioso com o povo da Região do Alto Uruguai.

A ditadura na região também fez vítimas.

Na visão e no “imaginário” militar a Região do Alto Uruguai caracterizou-se na época dos “Anos de Chumbo” principalmente, por apresentar grande adesão da população aos chamados “Grupos de 11” companheiros, surgidos após a conclamação de Brizola para “uma pressão sobre o presidente, sobre o Congresso e sobre a sociedade em geral para a realização das reformas de base”⁹ e para a necessidade da Reforma Agrária.

Entretanto, em Viadutos, Erechim e Gaurama, entre outros municípios, algumas pessoas equivocaram-se na interpretação da essência e do ideal do movimento.

Foi dessa maneira e em função de crer que seria favorecida com o ganho de um pedaço de terra que a Sra. Albina Magalhães involuntariamente aderiu à formação de um Grupo e acabou sendo presa. Naquela época residente em Gaurama, foi presa dentro do hospital quando cuidava de sua filha recém operada e foi levada a Erechim. Ela havia assinado uma lista que estava escrito “Reforma Agrária” com a intenção de “ganhar um pedaço de terra”.

Durante a pesquisa realizada em Porto Alegre, no “Acervo da Luta Contra a Ditadura” nos arquivos do DOPS, encontramos diversas “fichas” de pessoas conhecidas aqui da Região e que merecem ser citadas e lembradas.

Em ficha que datava de 27 de abril de 1964, foram citados Marino Kern e João Fermin de Oliveira Bender como pessoas que “lançavam boletins e efetuavam pichações [...] com letras vermelhas, com signos de martelo e foice e pregações revolucionárias”. Acusados e “adeptos do credo vermelho, confessam a sua condição de comunistas atuantes”.

Encontramos também registrada a ficha do Sr. Porfírio Kameneff. Conforme documento sem data, Porfírio era “rumeno - Bessarábia - casado” e tinha filhos que eram “partidários fervorosos”. Ele teve situação destacada “angariando donativos para o Auxílio Vermelho de Inverno, registrado na Embaixada Soviética, de New Iorck, pertenceu a sociedade Pan-Slava”, também “financiou em parte a instalação local do PC”, pois gozava de

⁹ BALDISSERA, Marli de A. *Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS*, Passo Fundo: UPF, 2005, p.69.

7

“situação financeira desafogada”. Uma observação na mesma ficha, dizia: “é pai de Paulo Kameneff, elemento que se encontra envolvido e acusado de atividades da mesma ideologia”.

Encontramos as fichas do Sr. Paulo Kameneff, filho de Porfírio. Acusado por Alberi Batista de Azevedo que morava no porão de sua residência do Sr. Paulo, “de manter revistas ocultas” que “se tratava de grafia diferente”. Numa outra oportunidade, pela manhã, percebeu que as tábuas haviam “sido removidas e dali tinham sido retiradas as revistas”¹⁰.

Acusando o Sr. Paulo, a Sra. Maria Rezende informou que era “do seu conhecimento que o comunista Paulo Kameneff realizava reuniões secretas na casa dele” das quais “participavam só homens”, e que ele “tinha uma mesa com papéis e livros” aos quais “deu fim”. Que ele era “um elemento comunista que agia muito para o PCB” e que ela podia garantir tudo isso “porque trabalhou na casa dele uma vez”¹¹.

Em seu “termo de declarações”, o Sr. Paulo primeiramente negou que era comunista e que não pertencia a partido político algum (nascido a 23 de outubro de 1926, filiado ao PCB aos 18 anos no dia 1º de setembro de 1945 quando ainda era estudante), já com 37 anos, disse:

[...] que os livros comunistas [...] os lia para conhecer o fundamento de tudo isso [...] que fala 4 idiomas sendo eles: polonês, russo, ucraniano e o português [...] que nunca realizou reunião na casa que morava [...] que a respeito do movimento revolucionário de abril último, nada pode dizer por não ter conhecimento do assunto; que finalmente deseja mencionar que se o povo tiver melhores oportunidades de viver, então o regime será ótimo [...]

¹².

Encontramos nos arquivos do DOPS de Porto Alegre uma ficha alusiva ao Sr. Dr. Fernando Silveira, filiado ao PC em 1945, aos 30 anos. Esse documento, datado de 25 de junho de 1964, dizia o seguinte:

Silveira. Dr. Fernando, casado, chefe e organizador do PC local, candidato a deputado por este município com 300 e poucos votos. Gaba-se de ter produzido desconserto na colônia e quebrado a harmonia existente entre o Clero e os Colonos, fim procurado e alcançado, e promover a desconfiança – do povo para com o Governo, promover reuniões clandestinas mantendo ligação com os elementos já mais entusiastas do extinto PC. A sua conduta continua intransigente no ataque ao governo, não perdoa à polícia qualquer atitude que esta tome na preservação da ordem. Conta anedotas ridicularizando o Exmo. Sr. Presidente da República. Trabalho eficiente de desmoralização¹³.

¹⁰ SOPS/E_ 1.2.105.4.1.

¹¹ SOPS/E_ 1.2.105.4.1.

¹² SOPS/E_ 1.5.8.2.

¹³ SOPS/E_ 1.2.92.3.1.

Dona Helena, esposa do Dr. Silveira, em entrevista concedida por escrito, nos esclareceu que o Dr. Silveira foi “convocado” pelos agentes do “DOPS para depor”. Mas para isso “foi designado um oficial do Exército Nacional”. Eis um fragmento:

[...] além da denúncia mencionada, feita pelo Sr. Abal, tivemos notícias de que muitas outras haviam sido feitas (umas trinta). Com essa situação, a família não gozava de um ambiente muito confortável, pois o apoio geral da população ao golpe colocava as pessoas contra quem ousasse contestá-lo, eventualmente criando constrangimentos. [...] O fato é que houve um trabalho junto aos colonos, no sentido de conscientização e valorização do trabalho no campo, tão importante para todos nós [...]¹⁴.

Ainda na comunidade de Balisa, no interior de Gaurama, morava o Sr. Arquimino Assman. Agricultor, “sempre ouvia num pequeno rádio a voz de seu ídolo político Leonel de Moura Brizola”, o que bastou para ser tachado e apontado como articulador de “grupo de 11” e, foi chamado à Delegacia de Polícia de Gaurama e depois trazido à Erechim. Segundo reportagem do Jornal Diário da Manhã, ainda:

Arquimino ficou preso durante seis dias. Queriam obrigá-lo a confessar que possuía armas escondidas no porão de sua casa [...] foi amarrado no pau de arara, surrado e torturado até com pingos de gasolina que caíam sobre sua cabeça. Também não recebeu comida nem água. Enquanto esteve preso, a sua casa foi invadida por homens armados, que procuravam por armas. Quando foi solto, Arquimino chorava constantemente, quase não falava e nem queria receber visitas. [...] Depois que foi preso Arquimino nunca mais foi o mesmo: quando falava algo, anunciava que aviões estavam sobrevoando a sua casa, passava o tempo todo afiando uma faca e entrava e saía constantemente do paiol. Chegou até ameaçar de matar a mulher e os filhos e acabou sendo internado no Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre¹⁵.

Arquimino faleceu há 19 anos.

Concluindo, em primeiro lugar, foi possível através deste estudo perceber algo que não era parte de nosso objetivo e problemática. A complexa e intrincada rede de informações que vigorava no período em questão. Não imaginávamos o nível ao qual poderia chegar essa “teia” entre os militares e a direita civil. Foi, portanto, surpreendente seu resultado.

Foi triste constatar a dificuldade encontrada por pessoas (que tínhamos esperança de entrevistar) de exteriorização e verbalização de suas respectivas vivências e experiências relacionadas com o período. Tínhamos a expectativa de uma “explosão de revelações”, e nos

¹⁴ SILVEIRA, 13/11/2006.

¹⁵ Ex-presos políticos pedem indenização. Vítimas dos anos de chumbo querem recuperar dignidade. *Jornal Diário da Manhã*, p.13, 22 e 23 de agosto de 1998.

9

depararmos com receio, cuidado e temor diante da desconfiança de um retorno desses anos difíceis, da parte, sobretudo, dos mais esclarecidos. Alguns chegaram a afirmar em forma de questionamento “você sabe em que terreno está pisando?”, “nada é certo, nada está definido”, “a gente não sabe o que pode vir a acontecer depois”, demonstrando as memórias ainda reprimidas.

Os depoimentos dos entrevistados consentem notar que a resistência confinada à Região existiu de fato. As formas que ela tomou se diferem entre cada pessoa atuante. O senhor Alvadi Munaro se considera um resistente físico, mas não econômico, pelo fato de seu comércio ter fechado durante a atuação do Cel. Gonçalino em Viadutos; o senhor Diogo Canova, superou os “anos de chumbo” acreditando que um dia o poder do seu voto poderia mudar a situação em que se encontrava; a senhora Albina Magalhães, acreditando em dias melhores, procurou erguer a cabeça frente aos desafios do período; o senhor Fernando Silveira, confrontando o poder local e nacional, “sempre manteve coerência em suas posições em defesa dos oprimidos e por uma maior justiça social”, e sempre “reafirmando sua condição de militante comunista”¹⁶; o senhor Arquimino Assman foi um resistente físico, mas não psicológico; o senhor Albino Cadore fisicamente também suportou os abusos sofridos de parte da força policial-militar, mas economicamente foi marcado e prejudicado pelo medo e desconfiança da população; o professor Ernesto Cassol¹⁷, sempre arriscando conscientizar os alunos; o senhor Paulo Kameneff, realizando reuniões clandestinas, afirmando sua posição comunista.

É importante ressaltar também que muitas das pessoas entrevistadas foram indenizadas conforme “Lei 11.042, de novembro de 1997, que reconheceu a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos”.

O reconhecimento através de diploma legal, ou a indenização financeira, significou para muitos a reabilitação social. O tempo triste e as histórias amargas vividas por esses atores foram amenizadas, porém acreditamos que não há dinheiro no mundo que possa trazer de volta pessoas que se foram e apagar de nossas memórias anos perdidos, experiências fracassadas, lembranças traumáticas e degradações morais, sem contar a corrupção política e a corrosão econômica que herdamos da ditadura.

¹⁶ SILVEIRA, 13/11/06.

¹⁷ CASSOL, 02/10/06.

10

Albino Cadore, ao final de sua entrevista, quando perguntado sobre o que ele não quer que se esqueça desses anos difíceis, comentou que gostaria que todos soubessem “o que foi a ditadura de verdade”¹⁸. Há muita gente que tem idéias equivocadas a esse respeito, pensando ser os anos do “milagre”, anos de “progresso”, anos de “ordem”. Esquece que o “milagre” foi falso, a ordem foi matar, torturar, perseguir, censurar, e o progresso se resumiu no desmoronamento das certezas, na confusão de valores e no mal-estar social. Resumindo, diria Zuenir Ventura, “uma visão de apocalipse moral”¹⁹.

Acreditamos, então, que nosso papel enquanto professores e cidadãos deva estar voltado para “que ninguém esqueça e, que nunca mais aconteça”.

Referências:

Memorial do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), na Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura:

Pasta SOPS/E_ 1.2.92.3.1

Pasta SOPS/E_ 1.2.93.3.1

Pasta SOPS/E_ 1.2.96.3.1

Pasta SOPS/E_ 1.2.101.4.1

Pasta SOPS/E_ 1.2. 102.4.1

Pasta SOPS/E_ 1.2.105.4.1

Pasta SOPS/E_ 1.2.110.4.1

Pasta SOPS/E_ 1.5.8.2

Pasta SOPS/E_ 1.5.288.8.2

Pasta SOPS/E_ 1.5.463.8.2

Arquivo Histórico Municipal de Erechim Juarez Miguel Illa Font:

CARRARO, Geder. Aqui estamos para dar segurança e tranquilidade. *Jornal A Voz da Serra*, Erechim, 19 de maio de 1964.

Coronel Gonçalino: PTB pediu abertura de CPI. *Jornal A Voz da Serra*, Erechim, 25 de julho de 1964.

Ex-presos políticos pedem indenização: Vítimas dos anos de chumbo querem recuperar a dignidade. *Jornal Diário da Manhã*, Erechim, 22 e 23 de agosto de 1998.

¹⁸ CADORE, 25/10/06.

¹⁹ VENTURA, Zuenir. *A Sucessão. Veja: 25 anos – reflexões para o futuro*, São Paulo: Abril S/A, 1990, p. 119.

11

Entrevistas:

Albino Cadore, 77 anos, Viadutos.

Ernesto Cassol, 64 anos, Erechim.

Helena Magalhães da Silveira, 81 anos, Erechim.

Bibliografia:

BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS*, Passo Fundo: UPF, 2005.

VENTURA, Zuenir. *A Sucessão. Veja: 25 anos – reflexões para o futuro*, São Paulo: Abril S/A, 1990.

WOLFF, Gladis Helena. *Trilhos de Ferro, trilhas de Barro: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul, Gaurama (1910-1954)*, Passo Fundo: UPF, 2005.